

ciência

e ação

pastoral

SUPLEMENTO - 20
CEI



EDITORIAL	1
CIENCIA E PASTORAL (Elter D. Maciel)	2
1. A instrumentalização da pastoral	4
2. O procedimento científico	8
3. A ciência como contribuição à pastoral	10
4. Critérios para a utilização da ciência	11
5. Ciência e cultura popular	12
A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: UMA ALTERNATIVA SOCIOLÓGICA (IDAC)	14
1. Pesquisa científica e poder político	14
2. Ciência, para quê?	18
3. Qual ciência e qual sociedade?	21
4. O observador participante	27
4.1 A etapa da inserção no grupo	29
4.2 A etapa da coleta de dados	30
4.3 A organização sistemática da informação	33
4.4 A devolução do material ao grupo	37
5. Então	40

CEI - SUPLEMENTO - 20 - MARÇO, 78

Diretor-responsável: Domicio P. de Matos; *Redtor:* Carlos A. C. da Cunha; *Conselho Redatorial:* Carlos R. Brandão, Elter D. Maciel, Jether P. Ramalho, José Sotero Caio, Marlene R. Campante, Rubem A. Alves.
Impressão: Princeps Gráfica e Editora Ltda. — R. Teodoro da Silva, 574.

Distribuído aos assinantes do CEI.
Assinatura anual: Cr\$ 120,00 - Avulso: Cr\$ 15,00 - Cheque pagável em nome de: **Tempo e Presença Editora Ltda.**
— Cx. Postal 16.082 — Zc-01 — 20.000 — Rio de Janeiro — RJ.
Registrado de acordo com a Lei de Imprensa.

EDITORIAL

“Este Evangelho do Reino será proclamado por toda a parte para que o conheçam todas as nações...” (Mt 24.14)

“Eu estou entre vocês como aquele que serve.” (Lc 22.27)

Em agosto de 77 saía o primeiro Suplemento. Religião era o tema. Depois: Igreja, Salvação, Reino de Deus, Esperança e outros. Mas a constante girava sempre em torno de Igreja no mundo.

Nestes anos, setores dessa mesma Igreja, notadamente católicos, vêm-se preocupando com expressões da pastoral. Também dedicamos um número (11) a tal assunto.

Cristalizou-se em nossas mentes a idéia de pastoral como a presença viva da Igreja neste mundo em que foi deixada (“Não peço que os tires do mundo”). O desenvolvimento mesmo da ação pastoral começou a exigir uma experiência mais viva e mais lúcida em meio à realidade que é oferecida e, já no ano passado, aflorou a necessidade de oferecer a essa mesma pastoral (presença da Igreja) elementos mais seguros para uma ação consciente.

Aqui está “Ciência e Ação Pastoral”. Número inteiramente coordenado por Elter D. Maciel, sociólogo de nossa equipe.

São dois trabalhos, em dois capítulos apenas. O primeiro deve-se à pena do próprio Elter. O segundo é documento produzido pelo IDAC (nota na página 13). Material fácil, fluido, claro. Uma contribuição a tantos agentes de pastoral espalhados por nossa terra e por outras.

Daí os dois textos que encimam este editorial. A pastoral, uma presença viva e conscientizadora do Evangelho do Reino. A todas as nações, por toda parte, num trabalho permanente, persistente e difícil também (“...sereis atribulados, mortos, odiados...”). É uma proclamação necessária.

Mas também é serviço aos marginalizados, aos pobres, aos oprimidos, aos cegos. É iniludível.

Continuamos perseverantes.

Ciência

e Pastoral

Elter D. Maciel

Reflexões sobre a necessidade de uma sistematização dos trabalhos de pastoral.

Introdução

Nos últimos anos o crescimento do número dos trabalhos realizados pela Igreja (principalmente católica) em defesa dos pobres e miseráveis do país tem mostrado um comportamento e uma reflexão que alteram de maneira fundamental as perspectivas da ação pastoral.

Esses setores da Igreja, mais conhecidos como “progressistas”, voltam sua atenção e sua atividade eclesial para servir aos necessitados nas favelas, no campo e na periferia dos grandes centros urbanos. Fala-se muito em pastoral popular, pastoral operária, pastoral do campo.

Na verdade tudo isto significa que a Igreja vem, gradativamente, colocando-se do lado daqueles que, de uma forma ou de outra, são explorados por outros homens e pelas estruturas sociais, ou seja, pela maneira como alguns homens organizam a sociedade.

Esta maneira apresenta, sem dúvida nenhuma, uma alteração significativa no comportamento da Igreja que tem, ao longo de nossa história, exercido um ministério diferente e uma pastoral mais voltada para os poderosos e privilegiados. Embora aqui e ali tenha levantado sua voz de protesto contra injustiças e abusos, esta não era uma característica tão marcante como a que vem se configurando nas duas últimas décadas, principalmente.

Mas desde quando tomaram a posição de defesa desses setores da sociedade (convém lembrar que não estamos falando da igreja toda, como instituição), os encarregados do trabalho de base e responsáveis pela pastoral depararam com sérias dificuldades.

Em primeiro lugar encontraram a incompreensão dos setores mais conservadores da Igreja, já muito comprometidos com os poderes instituídos e com uma visão do Evangelho que refletia e justificava tal compromisso.

Em segundo, com a insatisfação crescente do próprio Estado que, exercendo uma política autoritária através de atos de exceção, sentiu-se incomodado com os pronunciamentos de alguns líderes da Igreja ligados à pastoral popular, à defesa dos direitos humanos e aos trabalhos com os índios.

Finalmente, foi encontrada grande dificuldade para entender os processos e os fatos sociais que explicam a problemática da miséria, da fome, das doenças, do analfabetismo e da situação dos trabalhadores da cidade e do campo no Brasil, na América Latina e no Terceiro Mundo.

Foram percebendo aos poucos que não bastava "fazer uma opção" pelos miseráveis e oprimidos, era necessário entender os processos que *criavam* e fomentavam a miséria.

Num primeiro momento, mesmo tendo feito a opção, a percepção existente era aquela baseada na crença da "preguiça" e da "ignorância" como causas da miséria e da marginalização. Na medida em que o trabalho se desenvolvia, o conhecimento da própria situação dos marginalizados exigia explicação mais pertinente.

É o momento da procura de instrumentos mais adequados para ver e sentir a realidade que quase sempre se escondia sob a aparência das instituições e da estrutura da sociedade. Começa aqui o questionário das interpretações oficiais a respeito de fatos conhecidos, isto é, percebe-se mais claramente a partir da experiência e da observação, a dubiedade de certas explicações dos acontecimentos sociais. Observa-se com mais nitidez uma realidade que, sempre ou quase sempre, contrariava as

inumeráveis justificativas dos governantes e das interpretações ligadas ao poder.

Além disso, na medida em que buscavam exercer um trabalho eficaz, foram percebendo que muitas vezes sua ação não conduzia aos resultados propostos e nem aos efeitos desejados. Não raro o que se colhia era o oposto, quando as faixas atingidas aprofundavam seu comportamento de dependência ou de inércia.

Tanto para a percepção da realidade como para encontrar elementos críticos que permitissem a realimentação do trabalho, faltava o instrumental adequado.

Quase sempre o processo se resumia no estabelecimento de atividades "intuitivas", iniciadas sem critérios bem definidos e "avaliados" por técnicos que vinham de alguma organização alheia ao trabalho.

Todas estas constatações representam etapas e períodos longos, onde muito se aprendeu e desenvolveu. Mas de qualquer maneira levaram à necessidade de uma aproximação maior com as ciências sociais, isto é, à busca de elementos que permitissem a sistematização tanto do conhecimento que aos poucos iam adquirindo como também do próprio trabalho, da própria ação exercida.

1. A instrumentalização da pastoral

Na perspectiva do que foi dito, então, a pergunta mais importante que se pode levantar a respeito de uma ação pastoral (quase sempre um trabalho de base) é aquela que se relaciona com a validade ou eficácia do instrumental que está sendo utilizado na apreensão da realidade onde se concretiza a ação.

E aqui fazemos um parêntese.

O momento em que se trabalhava com as raízes bíblicas da ação (ou seja a busca, nas Escrituras, do fundamento para a mudança de atitude em relação à ação pastoral), serviu, serve e sempre servirá no sentido de desmistificar certa visão do Evangelho e do mundo. E isto por duas razões principais:

a) É preciso que se mostre com clareza que o Evangelho voltado unicamente para "as coisas do espírito" e para a aceitação fatalista das injustiças foi uma construção provisória que se refletiu na vida das igrejas, isto é, aqueles

que se encarregaram ou foram encarregados da explicação da Bíblia e do mundo estiveram, de uma forma ou de outra, comprometidos com as explicações fornecidas pelos poderes dominantes. Não é o momento agora de explicar com detalhes como isso aconteceu, mas é fato conhecido o compromisso da oficialidade da Igreja com os setores mais poderosos da sociedade, e são também muito conhecidas as análises que se fizeram a este respeito.

b) É absolutamente necessário que se façam aflorar com a maior exatidão possível os elementos transformadores que, desde os profetas, permeiam todas as páginas da Bíblia, isto é, a missão (ação) exercida por profetas, evangelistas e apóstolos ia de encontro aos pressupostos e justificativas dos poderosos. O aspecto de luta, de compromisso e de ação transformadora ainda não foi suficientemente recuperado.

É preciso que se esteja atento ao fato de que muitos líderes, na ânsia do exercício da pastoral, se esquecem da responsabilidade pedagógica do empreendimento. Trata-se de divulgar sempre, e cada vez mais, os conhecimentos e a experiência adquirida pelas lideranças ou pelos setores mais avançados.

Chamamos a atenção para estes elementos porque, muitas vezes, as tentativas de ação se colocam numa perspectiva em que ignoram estes componentes que são uma herança histórica e cultural dos setores que estão em discussão neste texto.

Mas, voltando ao problema da importância do instrumental, é necessário que não se esqueça de que é uma etapa do processo ou seja, após a superação da interpretação mística e pietista das Escrituras, a pergunta que se levanta é exatamente aquela que se relaciona com os instrumentos adequados à análise e à intervenção na realidade.

Isto porque o valor da ciência e do método empregado se definem pela possibilidade que oferecem para o esclarecimento do contexto social em que se trabalha e da ação desenvolvida, em função do conhecimento de uma realidade mais global que abarca o próprio contexto (local onde se realiza a ação pastoral).

Parte da importância desta indagação se relaciona com o fato, conhecido de todos, de que para escudar suas justificativas e planejamentos, os tecnocratas da sociedade de consumo utilizaram-se de dados, equações e fórmulas que, aparentemente, justificam todas as atitudes tomadas pelos poderes que os sustentam.

No que tange aos países subdesenvolvidos, os da América Latina por exemplo, o crescimento dos índices de marginalização e da miséria, a diminuição dos trabalhadores do campo

são, via de regra, acompanhados de justificativas oficiais baseadas em impressionantes estatísticas de aumento de potencial industrial e do crescimento do Produto Interno Bruto.

Isto significa que a ciência e a técnica têm sido utilizadas para demonstrar cifras otimistas de crescimento da economia ao passo que “ignoram” a pauperização crescente, o desemprego, as correntes migratórias, a favelização dos centros urbanos etc.

Nesta situação o que realmente ocorre é que, como contrapartida, as manifestações legítimas dos trabalhadores têm de ser eliminadas através do controle dos sindicatos. Quer dizer que há *imposição* de uma interpretação que se diz técnica, mas que é apenas representativa de grupos que, ligados ao governo, impõem a parcela de ciência que lhes convém. Então, ciência tem sido usada numa perspectiva diferente daquela que atenderia às necessidades de uma larga faixa da população, que se constitui em maioria.

A ação pastoral que se propõe a servir numa situação como estas, deveria refletir, em bases claras e seguras, o “ouvir o clamor do meu povo” de que falam as Escrituras. A superação da leitura equivocada da Bíblia se dá numa situação como essas, em que a Igreja se levanta e mostra claramente, com o auxílio do conhecimento sistematizado que, mesmo sem os meios adequados de dizê-lo, o povo sofre — e clama.

A ação pastoral tem que se apropriar — e fornecer condições para que muitos outros se apropriem — do instrumental científico para, inclusive, questioná-lo em dois níveis principais:

● A escolha do instrumental adequado, isto é, a *posição* científica que melhor serve aos interesses dos necessitados. Uma vez que se reconhece que a ciência não é neutra e sempre esteve comprometida (manipulada) com determinados setores da população, é preciso que se procure com cuidado qual a posição que interessa realmente aos grupos necessitados. Disto, de certa forma, trata o segundo texto que apresentamos neste número.

● A atenção cuidadosa para a utilização do instrumental escolhido numa perspectiva crítica em relação aos seus avanços e seu desenvolvimento a fim de evitar que se transforme em fórmula mágica. Atitude esta que deve se complementar com a participação cada vez mais efetiva dos grupos atingidos pelo trabalho pastoral.

A ciência, sendo utilizada somente por poderosos, será limitada em seu alcance e sua eficácia. Não somente a nível dos que se beneficiam com seus avanços, mas também em razão do controle do rumo que tomam as pesquisas empreendidas.

Todas as perguntas relacionadas com esses rumos e o trabalho realizado pelo homem não são somente pertinentes aos "humanistas", são também científicas. Com isto quero dizer que a direção tomada, a escolha do campo de trabalho e aquilo que se deve pesquisar são indagações da própria atividade, pois afloram à mente do cientista a cada passo que dá.

A figura do pesquisador, voltado exclusivamente para a pesquisa sem indagar de seus resultados, é imoral e aberrante, sem dúvida nenhuma, mas, num sentido mais rigoroso, é a-científica, uma vez que o instrumental se afere em relação ao que produz nos homens e para os homens. Ciência é exteriorização, atividade humana e, em relação ao homem, é que deve ser questionada. O cientista deve saber tanto sobre os rumos como sobre as conseqüências de seus trabalhos.

Aliás esta imagem de desligamento e neutralidade é, na realidade, impossível. Em todas as circunstâncias, o pesquisador deve ser visto em perspectiva política e/ou moral. Ou ele concorda com os trabalhos que desenvolve comprometendo-se politicamente e/ou moralmente tanto com a utilização como com os resultados, ou se coloca numa postura de entrega de seus princípios de homem e cidadão.

Se não fosse assim, em que perspectiva seriam colocadas as indagações que se seguem?

a) For que o planejamento urbano não oferece solução aos angustiantes problemas que enfrentamos na atribulada vida das metrópoles? Um exemplo significativo foi dado pelo ex-prefeito Lindsay de Nova Iorque ao declarar para a imprensa que a cidade que administrava não tinha solução porque a prefeitura não reunia condições de enfrentar as pressões da indústria automobilística. O outro exemplo, mais próximo a nós, está no constante desrespeito ao planejamento urbano pelas imobiliárias brasileiras em suas ligações com determinadas administrações. Mas o cerne do problema não está no próprio fato do desrespeito ou da pressão e sim na constatação de que técnicos aparecem para "arrumar" e justificar um pouco o caos estabelecido.

b) Por que os planos de saúde não atingem realmente os necessitados? Esta indagação vai desde as verbas fornecidas pelo governo para a saúde pública até a política desenvolvida pelo INPS, passando pela pressão dos laboratórios estrangeiros no país.

c) Por que não é encontrada solução adequada para o problema da fome nos países do terceiro mundo? É uma questão relacionada com as atuais limitações do conhecimento científico ou com a política de sua utilização?

A penetração da atividade pastoral neste campo é oportuna e representa em certo sentido, o reencontro do que os teólogos chamam missão. Quando vários setores da sociedade se abstiveram de falar (por diferentes razões), setores da Igreja levantaram sua voz profética, protestando e denunciando, mas a complexidade dos problemas relacionados nas denúncias não permite mais a aproximação ingênua e desinformada. A pastoral tem agora que se utilizar dos instrumentos adequados para realizar esta missão.

2. O procedimento científico

Como procedimento científico adequado no sentido de tentar responder a estas perguntas é preciso procurar na *História* e verificar de que maneira as nações encaravam a ciência para poder entender sua posição hoje.

O que se vai verificar é que houve sempre uma política científica, isto é, os rumos tomados dependiam sempre da luta em torno do poder e da utilização que os grupos dominantes fizeram deste poder em relação à ciência.

É óbvio que a análise destes passos é complicada e muitas vezes obscura, mas o fato fundamental a constatar — e isto não é tão difícil — é que ao se falar de ciência fala-se necessariamente de política científica, ou seja, de que maneira em uma sociedade determinada estabeleceram-se os critérios para a utilização da ciência.

Estas ponderações levam a duas constatações imediatas:

a) A utilização da ciência tem sido condicionada mais pelos interesses de grupos que a controlam do que pela própria limitação e alcance de seus feitos e de seus recursos. Embora sempre em movi-

mento relevando vários problemas a cada passo que dá, a limitação maior da ciência em relação às necessidades reais da população está na política de sua utilização.

b) O exercício eficaz de uma pastoral requer uma apreensão (condicionada pela prática) do instrumental científico necessário ao conhecimento da realidade. O conhecimento implica no desenvolvimento dos mecanismos que regem o comportamento dos homens no local onde se dá a ação, e as relações que tem com a totalidade da sociedade.

É evidente que a ciência não deve ser colocada como a solução para todos os problemas enfrentados pela sociedade, mas simplesmente na perspectiva de que toda a ação deve implicar em reflexão sistematizada. Assim, é perigoso refletir e construir teorias sem ação correspondente, também é perigoso não refletir sobre a ação e seus resultados.

São diversas e variadas as atividades de pastoral no Brasil, o que implica já, na necessidade de análises tanto amplas, como locais. Deve-se perguntar sobre o que foi feito, sobre o que se faz e como se faz. Só assim as atitudes poderão resultar em serviço efetivo à população.

A aversão que se tem à maneira com que se utiliza a ciência não deve resultar em aversão à própria ciência (vide o texto do segundo artigo do IDAC). O fato que nos interessa aqui, agora, é a constatação de que não é mais possível pensar em ação intuitiva pura e simplesmente. Ao contrário, a utilização tendenciosa da ciência requer uma atenção redobrada sobre a ação pastoral exercida.

Não há como deixar de lado determinados problemas da vida da comunidade (atingida pelo trabalho) lançando-os para os "técnicos" alegando que não são da competência do indivíduo que executa o trabalho.

Em face da situação que enfrentamos hoje, junto aos necessitados, é inteiramente irresponsável a atitude espontânea e intuitiva. Faz parte de todo trabalho de intervenção social a reflexão sistematizada sobre a ação exercida. (*)

(*) Como a mecânica desta reflexão-ação é discutida no texto que se segue, vamos ainda fixar nossa atenção em alguns pontos relacionados com a utilização da ciência.

Isto significa que a ação por si mesma é insuficiente e pode implicar em perda da visão global: *o importante é incorporar definitivamente o reconhecimento de que agir e refletir são atitudes simultâneas que se aferem e corrigem mutuamente.*

Na perspectiva aqui colocada, então, a ciência não aparece como o oposto da ação, mas como indispensável sistematização da experiência que a ação representa. Isto nos leva então à formulação de questionamentos sobre a real contribuição da ciência: A ação exercida, ou que se pretende exercer, dirige-se a que fins e através de quais processos? Qual é o procedimento adequado em face do trabalho proposto ou exercido pela pastoral?

3. A ciência como contribuição à pastoral

Ao descrever com a fidelidade possível os mecanismos e processos que explicam a conduta dos homens, a ciência possibilita uma ação mais firme e orientada. Em outras palavras, ao esclarecer a estrutura social, os mecanismos de poder, as motivações e a estratificação social, a ciência *possibilita* a ação, uma vez que permite a compreensão mais ampla e segura da sociedade.

Aqui surge a necessidade de outro parêntese: Todas estas considerações não eliminam a possibilidade do uso da imaginação e da intuição, como se ambas fossem características indesejáveis ao comportamento humano. A atitude científica implica na tentativa de captar sistematicamente os mecanismos e as possibilidades da ação humana que incluem também estes elementos. Tanto a imaginação como a intuição são explicáveis através da observação sistematizada. O que existe de subjetivo no indivíduo que age é fruto também de inumeráveis condicionamentos sociais.

No entanto, na medida em que conhece as estruturas que o cercam o homem tem, necessariamente, maiores condições de atuação. Além disso, o conhecimento dos mecanismos e de suas variações implica na possibilidade de descobrir alternativas ao comportamento e às situações encontradas.

O acesso ao saber (conhecimento) científico estando confinado a uma elite intelectual ou aos grupos do poder implica sempre em resultados paralisadores da dinâmica social, ou

seja, do processo de transformação daquilo que impede seu pleno desenvolvimento. O confinamento da ciência significa que a política de sua utilização será determinada sempre por aqueles cujos interesses predominaram até o momento.

Como parte importante da ação pastoral, deverá estar sempre aquela atitude que propicie condições de apropriação do conhecimento científico a um número cada vez maior de pessoas e de grupos que até o momento estiveram aliçados dele.

Concluindo: A ação só se justifica em função do conhecimento da realidade social, tanto a imediatamente circundante quanto a realidade maior e as relações existentes entre ambas.

Se isto não é feito com o cuidado necessário, a ação — e isto ocorre com uma freqüência muito maior do que, em geral, se imagina — poderá não ser a adequada e até produzir resultados opostos aos desejados.

Os depoimentos de padres e bispos “progressistas” mostram que sua ação pastoral foi evoluindo na medida em que os resultados foram sendo colocados sob observação mais sistematizada. Há, nos depoimentos, várias afirmações de que, atitudes passadas foram totalmente equivocadas por falta exatamente do instrumental científico adequado. Isto porque a realidade não se oferece em sua “pureza” ou em sua “natural” configuração. Em geral as relações de poder, os mecanismos sociais, as relações existentes entre igreja e sociedade são obscuros e necessitam ser descobertos gradativa e cuidadosamente. A função da ciência é revelar esses mecanismos e essas imperfeições.

4. Critérios para a utilização da ciência

O que vai ser dito aqui é, em certo sentido, redundância, porque pode ser naturalmente deduzido das colocações anteriores. Insistimos, no entanto, em algumas constatações.

Como podemos julgar a ciência como tal? Do ponto de vista daquilo que mais nos interessa diretamente, como criticar os rumos tomados pela pesquisa científica e como pleitear o crescimento e o desenvolvimento das proposições teóricas?

O valor último com que se observa a ciência, sua prova máxima é sua utilização em benefício dos homens. É preciso

10) recordar Brecht quando dizia que a função da ciência é a eliminação da miséria humana.

A função prática do conhecimento é a de orientar a ação humana — a ação transformadora no sentido da superação de toda a sorte de injustiças, opressões, ignorância e desigualdade.

Nas sociedades contemporâneas a ciência está planejada. Mesmo nas sociedades subdesenvolvidas está cuidadosamente planejada.

Toda aproximação e toda busca devem levar em consideração a constatação acima. Então a aproximação inicial deve insistir na pergunta: para *quem* e para *quê* se faz ciência?

Uma vez que se conheça de uma forma ou de outra a resposta a estas indagações não há como esperar que “as novas descobertas” e os “avanços espantosos” da ciência resolvam o problema das sociedades. Esta perspectiva passiva em relação a uma ciência só serve para obscurecer o intrincado das relações sociais.

Em termos da pastoral que se volta para as camadas populares não há como alimentar ilusões. O chamado “espantoso progresso” da ciência das últimas décadas tem sido utilizado de maneira a aprofundar as injustiças sociais. O alto índice de miséria, fome, doenças e obscurantismo é fruto das estruturas sociais e a ciência tem sido utilizada — através da manipulação de sua natureza, algarismos e dados — para encobrir este fato.

5. Ciência e cultura popular

Terminamos com uma palavra rápida a respeito da falta de atenção para com a herança cultural dos grupos atingidos — de qualquer grupo atingido por uma intervenção social, seja através da pastoral ou não.

É preciso não esquecer que as pessoas, os agrupamentos humanos, acumulam experiência em sua luta pela vida. Por mais miseráveis que sejam as condições em que vivem determinados agrupamentos, existe sempre um saber acumulado, um conhecimento que é fruto catalogado da acumulação de experiências. Este saber, por mais insignificante que seja, faz parte da *identidade* do grupo, ou seja, da maneira com que sentem, vivem e interpretam a realidade que os cerca.

O menosprezo em relação a esta acumulação do saber — em geral manifestado através da imposição apressada de outras interpretações e outros valores — implica numa violentação, num ato colonialista de domínio. São conhecidas as atitudes de diversas missões (católicas e protestantes) ao redor do mundo, em relação às populações indígenas. São conhecidos os resultados catastróficos e lamentáveis destas atitudes.

Mas isto não é uma constatação isolada, que aconteceu há longo tempo, em algum lugar da terra. É experiência de hoje. Está acontecendo. Não só em relação ao índio mas em relação e outras raças, classes, religiões e culturas.

Embora já exista certa atenção para o fato de que nenhuma ação transformadora possa ter êxito sem levar em consideração o saber acumulado pelos grupos onde se instaura, é preciso frisar que o respeito à cultura e ao saber acumulado é também um procedimento científico correto, além de ser moralmente desejável.

O descaso em relação ao conhecimento do caboclo brasileiro no que tange à utilização de ervas medicinais é apenas um entre tantos outros.

A ação pastoral que se vai estabelecer entre *qualquer* setor ou grupo da população brasileira deverá levar em conta, de maneira real e concreta o que existe em termos de conhecimento tanto de medicina, como de religião, como da realidade local. E mais, deverá conhecer de que maneira e com que padrões os indivíduos acumularam e sistematizaram seu próprio instrumental.

A Observação participante: Uma alternativa sociológica

1. Pesquisa científica e poder político

O propósito deste documento do IDAC (1) é apresentar de forma sistemática a metodologia do *observador participante*. É esta a metodologia que serve como ferramenta em nossa ação-pesquisa. Mas antes de entrar no âmago da questão, e

(1) Este trabalho foi preparado pelo Instituto de Ação Cultural (IDAC) com sede em Genebra. Desde 1973 o IDAC tem publicado uma série de documentos que tratam da conscientização como instrumento de liberação. Nesse processo nos tornamos conscientes de nossa realidade sócio-cultural e saímos do estado de alienação, tornando-nos sujeitos e construtores de nosso futuro histórico. Esta é a proposta-base do IDAC.

analisar em que consiste essa ferramenta, seria oportuno esclarecer exatamente o que queremos dizer quando usamos o termo “pesquisa”.

Para muitas pessoas a palavra “pesquisa” está associada a volumosos e abstratos trabalhos científicos que são apresentados, na maioria das vezes, em linguagem esotérica por especialistas que lidam com assuntos específicos e inacessíveis. Estes empreendimentos de longa duração, em geral, são realizados nas Universidades onde, na maioria das vezes, não representam mais do que o preenchimento de regulamentos acadêmicos para a obtenção de títulos e honorárias. E, apesar de todo o “conhecimento” que esses trabalhos supostamente representam, é muito freqüente que, após a solene apresentação, vão parar tranqüilamente nas gavetas e nas estantes da Biblioteca da Universidade.

Em anos mais recentes, entretanto, ao lado de tais trabalhos “inúteis”, encontra-se outro tipo de pesquisa que vem tomando corpo e que tem objetivos muito mais precisos, específicos e utilizáveis. Diversas e numerosas instituições e fundações — desde as agências governamentais até às corporações multinacionais — estão criando condições para a existência de sofisticados projetos de pesquisa que procuram conhecer a situação dos grupos classificados como “menos privilegiados e desafortunados”.

Por isto mesmo é que se encontram, no Terceiro Mundo, especialistas em programas de desenvolvimento, ocupados em análises das populações indígenas, dos camponeses, dos marginalizados ou dos moradores de favelas. Na América do Norte especialistas de todos os ramos das ciências sociais estudam os padrões de comportamento das minorias étnicas. E, na Europa Ocidental, tudo indica que os assuntos mais procurados para estudo são as migrações de trabalhadores, a juventude rebelde, ou os movimentos regionais que lutam por autonomia política e cultural.

Os temas variam, porém os mesmos padrões são repetidos em quase todos os lugares: Os oprimidos são identificados, dissecados, medidos e programados *de fora* pelo opressor ou por aqueles que o representam.

Os opressores, com auxílio de suas ciências, determinam os objetivos da pesquisa e a metodologia que deve ser utilizada. Os resultados, além disso, são praticamente ocultados e não são discutidos, com as pessoas que estão diretamente ligadas ao problema, isto é, os oprimidos. A pesquisa é feita sempre *sobre eles*, o que significa, *sem eles*.

Os grupos "observados" tornam-se, cada vez mais, simples objetos de estudo, continuando desavisados sobre a maneira com que suas respostas aos questionários podem ser usadas no sentido de serem mais conhecidos e mais controlados. Como bem colocou Gonzales Casanova, os problemas estudados não são, de forma alguma, os problemas dos oprimidos; *muito mais ainda, os oprimidos é que são estudados como problema* (2).

Por exemplo, os programas que foram montados na América Latina, financiados por Universidades e Fundações norte-americanas, para estudar os "não-conformismos", tinham, como objetivo, o estabelecimento de mecanismos de controle sobre os "não-conformistas". De igual forma, as pesquisas sobre fertilidade sempre precedem programas de controle da natalidade (3).

Na equipe do IDAC, entretanto, não temos pesquisadores profissionais nem especialistas que se ligam a determinados assuntos que são de sua escolha e privacidade. Tentamos em nossas publicações refletir nosso envolvimento diário na ação e na reflexão. Procuramos apresentar esse envolvimento da forma mais clara possível na esperança de que sirva como ponto de referência ou de ferramenta para outros grupos que partilham problemas semelhantes aos nossos em suas situações específicas.

De onde vem, então, nossa necessidade de fazer pesquisa? De que maneira nossas pesquisas se relacionam com o nosso trabalho como um todo? A resposta a estas questões surge de nossa experiência concreta. É precisamente nosso envolvimento em diferentes processos de mudança social que exige a execução de tarefas de pesquisa, isto é, descobrimos, como resultado de nosso envolvimento, a necessidade da compreensão sistemática de determinada realidade na qual agimos e pela qual somos condicionados. O objetivo é uma orientação mais clara, a redefinição contínua e um maior enriquecimento de nosso compromisso com a mudança.

(2) GONZALES CASANOVA, "La Nouvelle Sociologie en Amérique Latine", *Anthropos*, n. 6, out-dez, 1967, p. 39.

(3) Um dos melhores exemplos de utilização de uma pesquisa sociológica com fins claramente repressivos é o "Projeto Camelot" na América Latina. Sobre isso ver: HOROWITZ, "The Rise and Fall of Project Camelot. An Essay on the Relationships between Social Science and Social Policy", 1967.

É claro que a pesquisa colocada nesta perspectiva, diretamente relacionada com as preocupações e experiências do dia-a-dia, é de natureza diferente daquela das ciências sociais em sua configuração tradicional tanto no conteúdo como na forma. Rejeitando a tentativa supostamente neutra e objetiva, de estudar os oprimidos *de fora* para manipulá-los mais efetivamente, tentamos, na medida do possível, colocar em prática a dupla proposição de Stavenhagen. Ele vê duas linhas possíveis para a pesquisa eficaz. Ou o indivíduo trabalha com os oprimidos para construir *a partir do interior do grupo* um conhecimento que contribua para a superação da situação opressora ou trabalha no outro pólo da relação de dominação estudando os grupos que comandam e os mecanismos pelos quais asseguram a continuidade de seu poder (4).

É desta maneira que a prioridade da ação/pesquisa, da mesma forma que nossos documentos, reflete esta dupla perspectiva:

- Análise das estruturas de poder a fim de, por exemplo, desmascarar os mecanismos de exploração e dependência que a “ajuda internacional” impõe ao Terceiro Mundo, o estudo das instituições de controle social que garantem o consenso ideológico nas sociedades altamente industrializadas, ou uma crítica do sistema educacional;
- Reflexões teóricas baseadas no envolvimento com determinado grupo social como, por exemplo, a análise do movimento feminista, ou o processo da educação política realizado entre os Aymara do Peru.

E é nesta última categoria, isto é, da pesquisa realizada na base de um envolvimento direto, que nos voltamos para a metodologia do observador militante. Nós nos propomos, portanto, nas páginas seguintes a explicar tal método de trabalho, a examinar as condições para sua aplicação e os fundamentos científicos nos quais se baseia, e a verificar-lhe os conceitos de sociedade, ciência social e o papel do pesquisador.

(4) STAVENHAGEN, “Comment Décoloniser les Sciences Sociales”, publicado na seleção de textos editados por *Anthropos*, 1972.

Para se poder examinar esta metodologia, precisamos encadear uma reflexão que parecerá, às vezes, muito teórica e muito abstrata. Mas isto requer um esforço que não pode e não deve ser evitado. Para que as ciências sociais não sejam mais o monopólio dos chamados especialistas, os grupos oprimidos precisam aprender a se apropriar para isso do seu “conhecimento científico” e utilizá-lo como ferramenta no processo de luta contra a manipulação e a opressão.

2. Ciência, para quê ?

Há nove anos atrás o primeiro americano colocou os pés na lua. As fotografias daquele momento, divulgadas por toda a parte nas lindas cores da revista “Life”, fizeram a humanidade exultar. Mesmo o cidadão desempregado das favelas do Rio de Janeiro compartilhou dessa euforia e participou desse orgulho. Também esse cidadão viu as fotografias na televisão ou nos jornais e imediatamente encheu-se de solidariedade para com o “espírito científico da humanidade”.

A conquista do espaço cósmico prometia um glorioso futuro no qual a ciência poderia prever e controlar tudo; onde os especialistas da sabedoria se transformariam em únicos e autorizados senhores. No interior de cada um — ou, ao menos, de uma grande maioria — havia o sentimento de que o futuro não encontraria obstáculos intransponíveis, não haveria a necessidade de ansiedade ou medo, e todas as coisas poderiam ser explicadas, dominadas e experimentadas. Resumindo,

éramos inconquistáveis. A ciência parecia finalmente prestes a superar ou substituir, nos corações humanos, uma religião falida.

Hoje, a euforia generalizada está em franco declínio. Os foguetes de fático poder que conquistaram a lua são vendidos em leilões públicos, material velho para as lojas de “souvenirs” como as gôndolas de Veneza.

A vitória dos vietnamitas e o desafio dos povos árabes colocam em cheque a segurança de uma civilização que pretende resolver todos os seus conflitos graças ao privilégio da ciência, a tecnologia. Mas o declínio da euforia e as rachaduras que começaram a aparecer na civilização ocidental — uma civilização que prometera alcançar os mais altos índices de “racionalidade científica” — significava que, mais uma vez, alguns dos dissidentes poderiam tomar espaço e ter seu próprio mundo. Estes foram os dissidentes que, no momento mesmo em que era proclamado a todos os cantos que estávamos avançando, se atreveram a perguntar em que direção avançávamos e a que preço realizávamos o avanço.

E assim, a religiosidade, abatida pelo espírito científico, teve sua vingança. A multiplicação de toda a sorte de experiências místicas e o interesse no sobrenatural, especialmente, ao que nos parece, nos Estados Unidos, foi a resposta “irracional” de indivíduos que se sentiram esmagados por uma sociedade que proclamava a supremacia da “racionalidade”.

É verdade que essas “manifestações irracionais” nunca tiveram um impacto social significativo. Se falamos delas aqui é simplesmente porque representam sintomas de um protesto anti-racionalidade que leva à negação da razão mesma. E essa atitude de desespero individual reflete a confusão entre a verdadeira racionalidade e a sua perversão por um sistema fundado no que Marcuse chama de “o máximo de racionalidade a serviço do irracional”.

Este mesmo desencanto com uma ciência manipuladora e destrutiva expressa-se diferentemente em outros grupos. Sem descer à procura do refúgio no misticismo, esses grupos rejeitam todo o intelectualismo e, por extensão, todos os esforços no sentido de alcançar uma compreensão científica da realidade. Tal atitude, que englobe a rejeição de toda elaboração, permite o crescimento da supervalorização da ação pela ação. A reflexão é vista como perda de tempo ou divertimento de intelectuais que, afastados de qualquer envolvimento, têm tempo para brincar com idéias.

Qual a razão desse desencanto? Por que, no auge dos mais extraordinários sucessos científicos, as pessoas viram as costas não só à ciência, mas a toda a civilização que fez da ciência sua própria base? A razão disto é muito simples. E, ao mesmo tempo, é paradoxalmente muito complexa: a conquista da lua não tornou os povos mais felizes. Esta conquista não significou, em nenhuma extensão, que qualquer um de nós pudesse controlar melhor sua própria vida. Exatamente o contrário. As pessoas se sentiram mais e mais frustradas com as condições reais da vida cotidiana e com a impossibilidade de se fazer algo para modificá-las. Pouco a pouco começamos a ver que esta perda de controle sobre a vida estava ligada diretamente à crescente “racionalização” imposta a toda a sociedade pelos especialistas do conhecimento, ou, para usar um termo mais familiar, pelos tecnocratas (5).

Esta racionalidade, ou mais exatamente, esta racionalização de toda a vida social, tão clara para o tecnocrata, se mostrava opaca e escondida para o comum dos mortais. Num sentido vago e difuso, sentimo-nos impotentes, limitados em nossa autonomia, manipulados e usados. Este era o conteúdo de nosso mal-estar.

Nós nos colocamos entre aqueles que sentiram o mal-estar e tentamos não nos entregar ao desespero da falta de poder. Recusando a cega ofensiva dos ativistas (que negaram o valor da teoria na medida em que se envolviam na ação), ou a retirada dos místicos, procuramos confrontar a confusão diária na qual somos imprensados e na qual necessitamos mover-nos.

Entre os que sentem a necessidade da mudança, que não suportam a passividade e a uniformidade de pensamento que parece estar generalizada, entre aqueles que desejam atuar de maneira criativa e efetiva, um conjunto de questões se impõe em função de erros do passado. Precisamos analisar aquelas experiências e tentar tirar ensinamentos dos equívocos. *É, no entanto, a prática mesma que levanta a necessidade de uma teoria capaz de elucidar e guiar.* Mas exatamente,

(5) Em “Ideologia da Sociedade Industrial” MARCUSE afirma: “Hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas *como* tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura.” (p. 154 ss — Zahar Editora, 1967). Outra obra fundamental para compreender como a institucionalização do progresso científico e técnico conduz a esta “racionalidade” crescente da vida social é “Técnica e Ciência enquanto Ideologia” de J. HABERMAS, Coleção *Os Pensadores*, Abril Cultural, 1975, vol. XLVIII, pp. 303-333.

quando nos tornamos cientes dessa necessidade, descobrimos que nos encontramos sem as ferramentas e os instrumentos apropriados.

É necessário que haja a compreensão científica da realidade do outro para que se possa atuar de maneira mais efetiva sobre ela. Mas como adquirir tal compreensão? Com a ajuda de que ciência?

Em outras palavras, se existem, em realidade, diferentes escolas de ciências sociais, qual delas devemos seguir e em qual devemos confiar?

Estas são perguntas para as quais as ciências sociais não oferecem respostas claras. Os "especialistas" discordam entre si. Eles se acusam mutuamente de utilização de métodos não científicos de imprecisão ou de falsa interpretação da realidade social. Fornecem indicações de correntes divergentes, cada qual sustentando diferentes interpretações, ou poderíamos dizer interpretações opostas, do que é a realidade social, de qual é a natureza da mudança social ou do papel do pesquisador. Se não há *uma* ciência social, precisamos começar a nos questionar a respeito destas correntes divergentes. Tal reflexão vai levar-nos finalmente à metodologia do observador militante e é necessário assegurar o que as ciências sociais podem oferecer no sentido de esclarecer questões levantadas pela prática política.

3. Qual ciência e qual sociedade ?

Em seus primórdios, as ciências sociais sonharam em estudar a sociedade da mesma forma que as ciências naturais estudaram a natureza. Entender os acontecimentos sociais,

ser capaz de prevê-los, descrevê-los bem como a seu funcionamento, e ser capaz de reduzi-los a fórmulas que os explicassem, eram os objetivos. Todas as ações humanas, os padrões de comportamento dos grupos sociais, a natureza dos movimentos religiosos e todos os eventos históricos deveriam ser estudados — era o que se pretendia — sistematicamente, cuidadosamente e com *objetividade*. Por objetividade se compreendia a habilidade da ciência em examinar a sociedade e todos os seus fenômenos como se fossem *coisas*. A regra de ouro desta sociologia era a estreita separação entre o sistema de valores do cientista e os, assim chamados, fatos.

Pretendia-se que as ações humanas deveriam ser examinadas com o mesmo despreendimento e a mesma frieza com que os biólogos examinavam ao microscópio um simples micróbio. Entre o cientista que pesquisava e a sociedade examinada não deveria haver mais nada que “instrumental científico”. E da mesma forma com que um técnico de laboratório é isolado do objetivo de seu estudo para evitar contaminação, o cientista social deveria proceder em relação ao comportamento humano que pretendia observar.

Desta maneira, na qual o propósito da ciência era colocado, o cientista social supunha que na compreensão da realidade objetiva da sociedade tinha valores nela e dela mesma, dos quais sua ciência estava desligada e descomprometida. De acordo com eles suas descobertas não tinham necessariamente influência normativa na realidade social. A ciência tinha que predizer e elaborar somente resultados utilizáveis.

A sociedade lá estava, real e sólida, esperando e oferecendo-se como um desafio à compreensão do cientista. Os próprios cientistas sociais se viam como sujeitos, fora e desligados dos objetos que desejavam explicar.

Liberto, então, de toda subjetividade e isento de simpatias ou antipatias, o cientista social descreveria a sociedade tal como é, reduzindo-a àquilo que poderia ser compreendido com ferramentas de mensuração quantitativa.

Entretanto, a ciência que se apresentava como neutra, apolítica e não-participante tornou-se, com o passar dos anos, simples técnica que garantia um melhor funcionamento da sociedade estabelecida. Isto inclui a participação da ciência na construção de toda uma rede de instituições de controle social. Como as ciências neutras chegaram a isto? De que maneira uma ciência que se compreendia desligada de qualquer siste-

ma de valores poderia transformar-se em poderoso meio de conservação e reforço da ordem estabelecida?

A resposta é clara: suas premissas foram falsas desde o começo (a realidade social não é um dado imutável e o cientista não pode ser meramente um observador imparcial), e sua definição da realidade social como uma coisa que pode ser examinada com instrumentos de mensuração quantitativa era necessariamente limitadora e manipulativa (6).

O ideal positivista, de acordo com o qual tudo podia ser predito e controlado pela ciência, omitiu de seu esquema alguns passos elementares e necessários. Não levantava questões acerca das causas dos fenômenos sociais e não fazia esforços no sentido de colocar cada parcela da realidade social na totalidade de uma visão social mais ampla.

Uma ciência que a si mesma se limita à elaboração de resultados utilizáveis só poderia conduzir à manipulação de pessoas para a preservação da ordem existente. Sem juízos de valor, sem nunca captar a realidade social como algo muito mais complexo e mutável do que um simples objeto, nenhum questionamento radical da sociedade pode existir.

No confronto com o sonho positivista de uma ciência social objetiva e exata, podem-se levantar algumas questões muito simples e básicas: Onde, por exemplo, vêm nossas idéias? Não é necessário que se veja a própria ciência social como um fenômeno social historicamente situado? Não é necessário que se estudem o papel e as atitudes dos cientistas sociais como um fator de conservação ou de mudança da sociedade?

Na realidade, hoje em dia o mito da objetividade não resiste a um exame rigoroso. Em primeiro lugar, os fatos sociais não são somente coisas. São o resultado de ações humanas. Em segundo, os cientistas sociais não podem ser somente observadores desvinculados. São pessoas que procedem de determinado segmento da sociedade com uma história e uma experiência que condicionam sua visão de mundo, que determinam seu interesse científico da mesma maneira que o conteúdo e os propósitos de sua pesquisa.

Os cientistas sociais positivistas, embora pretendendo estar isolados da sociedade e livres de valores, não deixam de

(6) Sendo numerosos os textos que desenvolvem a crítica ao positivismo, citamos aqui apenas o estudo de GOLDMANN, "Filosofia e Ciências Humanas".

ser parte integrada da sociedade e, conseqüentemente, parte do objeto que estudam. Mais ainda, os cientistas sociais em seu trabalho não podem escapar de idéias preconcebidas do que é a sociedade, idéias que vêm do grupo social ao qual pertencem. Nem podem escapar da imagem da realidade social que é formada em sua própria prática social.

Como se pode falar, então, de uma separação entre o sujeito (o cientista social) e o objeto da pesquisa (a sociedade), se o sujeito é, na realidade, um ser social, se as ações humanas moldam e transformam as sociedades, se os sociólogos são condicionados pelo projeto social que propõem ou pelas transformações que provocam? Como pode um cientista social ser objetivo para com a sociedade se ele é parte integrante da mesma sociedade, e se a posição social que ocupa condiciona sua maneira de pensar?

Então, é obviamente inútil querer tratar os fatos sociais como se fossem fenômenos que pudessem ser previstos, causados ou controlados no laboratório. Os fatos sociais tendem a se rebelar contra as tentativas de programação e condicionamento por parte dos cientistas. Podem reagir — uma vez que são criados por seres humanos — se alguém tenta domesticá-los. Acima de tudo eles podem desafiar toda previsão pela criação espontânea e autônoma de novas realidades, e estas novas realidades são capazes de influenciar aos próprios cientistas. Existindo como um resultado daquilo que é a sociedade e participando diariamente em sua construção, o cientista social pode somente separar-se da sociedade nas construções abstratas dos positivistas. Torres de marfim não existem na realidade.

Mas uma crítica do positivismo não pára com o desmascaramento do papel do pesquisador. É preciso enfrentar também a idéia que os positivistas sustentam a respeito dessa *sociedade* que pretendem estudar de fora. Eles se propuseram separar uma parte da realidade social, examiná-la cuidadosamente, e então concluir que descobriram e descreveram o *real*. Perguntamos novamente se é tão fácil determinar objetivamente o que é real.

Na realidade, longe de ser uma coisa dada e fria à nossa frente, a sociedade é um processo histórico que se movimenta à nossa volta sem nenhum componente estático. Desenvolve-se não em volta de nós, mas também conosco. A sociedade não é a soma total de todas as diferentes secções que podemos se-

parar e isolar para poder estudá-las. É muito mais rica e mais complexa. É a totalidade de fatores que interagem e se inter-relacionam constantemente. Não é possível entender determinada vizinhança sem considerar a cidade na qual está localizada, da mesma maneira com que não é possível compreender o que acontece hoje sem a referência do que existiu no tempo de nossos pais. Menos ainda podemos prever o que acontecerá amanhã, sem tentar, através de um procedimento analítico, construir uma teoria global que explique fatos e eventos históricos.

A realidade social, então, nunca é estática, fixa, morta ou um objeto para ser observado e manipulado. É viva, e sua vida e movimento são o resultado de tensão e conflito. Longe de ser um fato dado, um produto final que permanecerá imutável enquanto o examinamos, a realidade é o resultado precário, sempre em questionamento, da confrontação entre opressor e oprimido. Esta confrontação poderá tomar formas as mais diversas, dependendo das forças que estão jogando: opressão de uma classe por outra, de uma raça por outra, de um sexo por outro, ou de uma nação ou cultura por outros povos.

E as forças específicas que estão em conflito em cada situação dada podem mudar e influenciar esta confrontação entre opressor e oprimido. Mas a confrontação persistirá enquanto existirem exploradores e explorados. É isto precisamente que garante a continuidade da mudança e o caráter move-dido da realidade, contraditória, fluida e aberta para a superação de qualquer situação.

Mas os positivistas e os pragmatistas nunca questionam, de maneira profunda, a realidade na qual operam. Tentam apenas aperfeiçoar e arranjar a ordem estabelecida, jamais indagando se as estruturas existentes são estruturas que oprimem ou liberam o homem. Como resultado de seu comprometimento com o status quo — mesmo que acreditem ou não — reduzem a sua ciência à simples técnica de manutenção e aperfeiçoamento daquilo que já existe.

Sentimos que é necessário começar com uma premissa que é radicalmente diferente e oposta. Para nós, o que está aqui, hoje, não é, em nenhum sentido, uma verdade objetiva que necessita ser respeitada e preservada a qualquer preço. Nenhuma situação social é inalterável. *A realidade de hoje não é a única possível.* Em outras palavras, o que existe, muitas vezes, pode e deve ser mudado. É necessário questionar cons-

tantemente a realidade social, assumir o direito e o dever de sustentar juízos de valor, e recusar tudo aquilo que em nossa sociedade nega a liberdade criativa e a autonomia do ser humano. O próprio conceito de objetividade precisa ser reexaminado. Confrontada com uma realidade que é plena de contradições e conflitos, a objetividade não pode mais ser sinônimo de desvinculamento e imparcialidade. Ao contrário, confrontada com a realidade do choque entre opressores e oprimidos, a objetividade deve significar estar ciente desse choque e envolver-se na luta para superá-lo.

Passando do exame do que *é*, propomos a pesquisa na acepção do que *pode ser*. Ao invés da ligação com o status quo e a ordem estabelecida, sugerimos a pesquisa como alternativa a uma realidade opressora. Resumindo, ao invés de usar a ciência como simples técnica de fazer a sociedade funcionar melhor, queremos mostrar sua utilidade como ferramenta para desmascarar e criticar qualquer situação que negue o ser humano (7).

Dentro desta perspectiva crítica, o pesquisador ou o cientista não pode refugiar-se no papel de perito em ciências sociais, ou um profissional do saber. O cientista social deve ser participante, envolvido no processo de mudança social para o qual pode trazer instrumentos de trabalho específicos e necessários: conhecimento, compreensão e ferramentas científicas.

A luz de tudo o que dissemos aqui, podemos agora prosseguir na análise detalhada de algumas das idéias centrais do método do observador militante. Esta metodologia posta em prática há alguns anos na América Latina (8) propõe o desenvolvimento de uma síntese entre o *estudo* dos processos de mudança social e o *envolvimento* nesses processos. Sendo,

(7) As raízes deste debate aqui esboçado já se encontram nas "Teses sobre Feuerbach" de MARX. Uma rica análise desse texto fundamental encontra-se no ensaio de GOLDMANN, "A Ideologia Alemã e as Teses sobre Feuerbach." Entre os textos da Escola de Frankfurt que apresentam os fundamentos da "teoria crítica da sociedade", citamos dois ensaios relacionados diretamente com a problemática aqui tratada: Um de HORKHEIMER, "Teoria Tradicional e Teoria Crítica" (vol. XLVIII, Col. "Os Pensadores, pp. 125-162, Abril Cultura, 1975); outro de MARCUSE "Note sur la Dialectique"; finalmente, no contexto do pensamento sociológico francês, o leitor poderá reportar-se a duas obras recentes de DUVIGNAUD (Introduction a la Sociologie) e TOURAINE (Pour la Sociologie).

(8) Para encontrar as origens e fundamentos da "observação militante" na América Latina, ver o artigo já mencionado de STAVENHAGEN ("Comment Décoloniser les Sciences Sociales") e a obra coletiva publicada pelos pesquisadores colombianos do "Rosca", sob a direção de FALS BORDA e A. LIBREROS (Causa Popular, Ciência Popular).

então, ao mesmo tempo, tanto observador como militante, o pesquisador terá como objetivo fazer avançar a luta do grupo social com o qual ele trabalha. Ao invés de se preocupar com a explicação dos fatos depois que acontecem, o observador militante tentará, através da ação e da pesquisa, fazer brotar uma compreensão do processo de mudança pelo grupo que está experimentando aquele processo, capacitando assim o grupo a redefinir e aprofundar a visão de sua ação conjunta.

4. O observador participante

A observação militante é, então, um método de pesquisa que se dirige primeiramente aos oprimidos e só pode ser desenvolvida com eles, porque seu propósito e objetivo é estimular a organização autônoma e a criatividade do grupo. Não queremos com isto dizer que esta é a única utilização possível das ciências sociais numa perspectiva de liberação. Como já foi dito na introdução deste trabalho, partilhamos da posição de Stavenhagen de que outra área de prioridade para a pesquisa sociológica é o estudo daqueles que mantêm o poder e o conhecimento do sistema de dominação. A observação militante não é o único procedimento "correto" de utilização das ciências sociais. É um método particularmente adequado para aqueles que, animados por um objetivo específico, desejam contribuir para a mudança.

O processo da observação militante é constituído por quatro passos fundamentais: aproximação do grupo e estabelecimento de uma relação com ele; o período de observação e a coleta de informações; a organização do material recolhido; e, finalmente, a devolução do material ao grupo para discussão e elaboração. Antes de examinar mais profundamente cada uma destas quatro etapas, precisamos examinar por um momento o problema relacionado com a questão: Com quem se trabalha numa perspectiva da observação militante? Ou, — para usar a linguagem sociológica tradicional — como “escolher o objeto de estudo” nesta perspectiva?

Três fatores devem ser considerados aqui:

— Em primeiro lugar, os pesquisadores devem examinar cuidadosamente a realidade social que os circunda, tentando captar os conflitos e tensões que estão presentes e localizar os grupos sociais que trazem consigo a esperança e a necessidade de mudança. Certamente que o trabalho dos pesquisadores progredirá mais rapidamente num grupo que já está ciente de sua própria opressão e tem certa experiência de ação coletiva.

— Inversamente, a tarefa é mais difícil com um grupo que ainda não experimentou os primeiros estágios elementares da percepção de uma situação opressora, muitas vezes expressa por sentimentos de desconforto e impotência.

— Finalmente outro fator importante consiste no grau de solidariedade que o pesquisador sente pelos problemas experimentados pelo grupo.

Quanto mais o pesquisador for capaz de sentir a experiência diária do grupo, mais fácil será seu processo de inserção, a coleta de dados, a identificação dos problemas e assuntos centrais e o indispensável diálogo com a comunidade. De nossas próprias experiências, podemos afirmar que, a título de exemplo, foi muito mais fácil para universitários participarem de programas com mulheres sem instrução superior numa localidade urbano-industrial do que um jovem americano integrar-se numa comunidade indígena dos Aymara no altiplano peruano.

Em todas as questões relacionadas com a observação militante, entretanto, não há respostas fáceis e prontas ou regras para seguir em relação à escolha de um grupo. O que

mais conta, finalmente, é, de um lado, a intenção do observador e, do outro, sua capacidade teórica para analisar — com o auxílio das ferramentas científicas de que dispõe — a realidade social, o nível de percepção e as atividades do grupo com o qual se pretende realizar o trabalho.

4.1 A etapa da inserção no grupo

O primeiro passo da observação militante é o processo pelo qual o pesquisador se aproxima do grupo social escolhido. Este processo, geralmente longo e difícil, é a condição indispensável para uma pesquisa que é realizada de dentro do grupo e com a participação dos membros da comunidade. Mas também não devem existir ilusões a este respeito.

Sem dúvida, é muito importante que o pesquisador não seja visto como “corpo estranho” ou intruso por aqueles com quem o trabalho vai ser realizado. Tal situação causaria desconfiança e atitudes reticentes.

O pesquisador precisa aprender a estabelecer uma relação tal com o grupo que facilite uma aceitação progressiva. Entretanto, o pesquisador precisa ser aceito como realmente é, ou seja, como alguém que vem de fora, que deseja fazer um estudo importante e útil, mas que, é preciso que se entenda, eventualmente irá embora. Será inútil — e mesmo errôneo — o pesquisador desejar fundir-se totalmente com a comunidade. Tentativa de esconder objetivos ou recusas de assumir abertamente sua função específica são atitudes que revelam, em última análise, uma falta de confiança para com o grupo. Isto implica também em manipulação que reproduz os padrões tradicionais do pesquisador que vem examinar um objeto e decide sozinho que informação será dada ou recusada ao grupo.

Para evitar tal ambigüidade, os pesquisadores precisam aceitar o fato de que a sua presença é, por si mesma, um fator de transformação na vida do grupo, e este fato precisa ser incorporado ao trabalho. Com isto queremos dizer que a maneira com que a comunidade interage em contato com a intervenção de fora deve ser considerada e entendida por todos.

Já mencionamos um exemplo de pesquisa com mulheres. Nela as mulheres entrevistadas sentiram inicialmente uma

espécie de bloqueio em relação às universitárias que participavam do projeto. Este fato foi analisado através do diálogo entre pesquisadoras e entrevistadas que pertenciam ao grupo. Através deste procedimento o bloqueio pode ser satisfatoriamente superado.

Se os pesquisadores, ao invés de assumirem seu papel com honestidade, discutindo-o com a comunidade, tentam tornar-se membros totalmente identificados com o grupo, o resultado será uma autonegação, a perda de sua razão de estar ali e uma rejeição da tarefa específica que vieram realizar. E se eles permitem ser engolidos pela rotina diária, ou se se perdem num ativismo diário, seguindo cegamente os padrões grupais de ação, serão incapazes de usar sua ciência de maneira crítica, tornando-se simplesmente militantes. Se, por outro lado, seu objetivo é questionar e esclarecer a prática do grupo, precisam continuar a guardar certa *distância crítica* da realidade e das ações do grupo. A sua verdadeira inserção no grupo, então, implica em permanente tensão entre o risco de total identificação com o grupo e a necessidade de guardar uma distância que permita uma posição crítica. Em outras palavras, é preciso lograr uma síntese entre o militante e o cientista.

4.2 A etapa da coleta de dados

A coleta de dados é o trabalho que permite ao pesquisador a aquisição de uma visão mais ampla da comunidade em que trabalha, sua organização interna e suas relações com a totalidade da sociedade. Permite também captar a percepção que o grupo tem de sua própria situação. Dois momentos diferentes constituem esta etapa: a construção de hipóteses-tentativas baseadas na observação e estudo, e a verificação destas hipóteses através de entrevistas com os membros da comunidade.

Antes de entrar diretamente em contato com a comunidade, os pesquisadores devem, por intermédio de toda informação disponível acerca do grupo e do local, esboçar um perfil provisório da situação que vão encontrar. Os caminhos que podem ser seguidos para se realizar tal preparação são extremamente

diversificadas e podem incluir o estudo de documentação oficial, exame da história do grupo e do lugar, observação da vida diária, identificação das instituições da comunidade, estruturas de poder, formas das atividades econômicas e culturais, expressões religiosas do grupo etc.

Também é importante conhecer a maneira de identificar, no interior do grupo, pessoas-chaves que são conhecidas e respeitadas pela comunidade. Estas pessoas podem ser muito úteis fornecendo uma compreensão melhor da realidade a ser observada e estudada, e podem tornar-se muito mais fáceis os primeiros contatos com a população.

Baseados nas informações gerais acumuladas no trabalho preparatório, os pesquisadores podem firmar as hipóteses-tentativas sobre a situação da comunidade. Estas primeiras hipóteses, então, podem ser confirmadas, corrigidas ou enriquecidas durante as entrevistas com as pessoas.

E aqui se levanta a importante questão da escolha de técnicas adequadas para o procedimento das entrevistas. Parece-nos bastante claro que a aproximação tradicional pergunta-resposta precisa ser descartada. Para começar, a forma tradicional de tais questionários preparados de antemão pelos pesquisadores, torna muito difícil o aparecimento de informações novas e inesperadas. Os pesquisadores, presos a uma moldura previamente definida, onde as respostas podem somente confirmar ou rejeitar o que já tinham em mente, não podem avançar significativamente. A porta está fechada à elaboração de novas idéias. Ainda mais, o uso de um questionário rígido — não importa se escrito ou na cabeça do pesquisador — pode causar bloqueios e inibições nas pessoas entrevistadas, reforçar o poder do pesquisador que, assim, controla todo o processo, colocando-o no esquema de relações verticais entre o pesquisador e o grupo estudado.

Muito mais rica e adequada para nossos propósitos é a técnica da entrevista "aberta", entendida como o diálogo livre no qual as pessoas discutem o que lhes interessa permitindo assim o descobrimento das mencionadas hipóteses novas e inesperadas. Naturalmente, esta espécie de entrevista aberta tem uma estrutura básica, resultado de hipóteses que o pesquisador já tinha formulado. A estrutura deve, entretanto, indicar somente linhas gerais a serem seguidas e que estão relacionadas com aspectos da realidade do grupo que o pesquisador pretende descobrir e conhecer melhor. A entrevista não deve ter

uma moldura rigidamente pré-fabricada da qual o pesquisador tem medo de sair.

A flexibilidade da entrevista aberta é, em última análise, a possibilidade de captar uma expressão mais autêntica dos entrevistados, permitindo coletas de material mais rico e interessante e que mais se aproxime da realidade e da experiência do grupo. Isto muitas vezes implica numa redefinição das hipóteses originais. Os problemas e aspectos novos que não foram captados pelo pesquisador podem ser, assim, identificados por ele e incorporados ao processo de pesquisa. A interação pesquisador e grupo é reforçada por tal procedimento.

Estas reflexões sobre a técnica, entretanto, não nos devem fazer esquecer um ponto fundamental acerca do objetivo da coleta de informações. O que deve ser do interesse do pesquisador nesta etapa é *conhecer o que pensa a população*, entender como vê sua própria situação, que problemas enfrenta em sua luta diária e por que luta. Isto significa que, nosso objetivo é descobrir o grau de percepção e consciência das pessoas envolvidas.

Este ponto precisa ser enfatizado porque, muitas vezes, vencido pela impaciência, o pesquisador é tentado a pular etapas que são absolutamente necessárias, e começar — no momento da coleta de dados — uma discussão com os entrevistados na tentativa de modificar idéias ou de conduzi-los a uma compreensão diferente da situação em que vivem. Um bom número de coisas pode fazer aflorar esta tentação de ser apressado pelo processo. Em primeiro lugar, o processo de educação política — que está no âmago do método da observação militante — precisa ter em seu começo o nível de consciência da população e não do pesquisador. E isto exige, desde o começo, uma avaliação correta do nível real de percepção. Além disso, precisamos sempre lembrar que a simples tentativa de convencer o povo a pensar diferentemente é uma atitude extremamente ingênua uma vez que uma mudança do nível de consciência pode surgir somente da relação com a prática do grupo acerca de questões que ele mesmo definiu. Fazer aflorar esta mudança é o propósito do projeto de pesquisa. Qualquer pesquisador que tenta impor ao grupo desde o começo *seu* ponto de vista acerca da realidade *dele*, ainda mantém a mesma atitude manipuladora que pode somente levantar reações negativas e bloquear o processo.

4.3 A organização sistemática da informação

Sobre o material colhido o pesquisador pode começar a delicada e difícil etapa da interpretação, sistematização dos dados, visando oferecê-los à reflexão do grupo no decorrer da quarta etapa da pesquisa.

A análise do material básico deve informar-se em dois níveis diferentes: a situação real dos grupos e a percepção que o grupo tem de tal situação. E é precisamente a constatação de uma brecha entre a realidade cotidiana e a maneira de percebê-la que definirá a área de atuação no processo de educação política. Em que consiste esta brecha e como identificá-la e compreendê-la?

Muitas vezes, no início de um projeto de pesquisa com um grupo oprimido — seja com mulheres, jovens, trabalhadores ou minorias étnicas, para citar exemplos de nossa própria experiência — observamos que as pessoas expressam um vago sentimento de insatisfação e descontentamento com a própria situação. Desta forma evidenciam uma percepção elementar, nem consciente, nem desenvolvida de “coisas que estão erradas” ou “que não mais funcionam direito”. Entretanto, não compreendem bem as causas deste estado de coisas e, sobretudo, não sabendo o que fazer para mudar a situação, as pessoas são conduzidas da insatisfação e do descontentamento para um sentimento de impotência que pode bloquear ou sufocar o desejo de mudança.

Para se proteger da tremenda ansiedade de ter que tolerar uma situação extrema, o povo se utiliza do mecanismo de defesa de “esquecer” sua realidade, de ignorar explicitamente a existência de uma situação opressora.

A realidade cotidiana é muito dura para ser encarada de frente. As possibilidades de mudança real parecem muito distantes, e as experiências anteriores foram muitas vezes decepcionantes e dolorosas.

Assim o desejo da mudança é abandonado e busca-se refúgio numa atitude de passividade e resignação na qual as pessoas se sentem mais seguras. Desde o momento em que o desejo da mudança de uma situação de opressão pela ação da comunidade é perdida, o que resta é a salvação individual.

A solidariedade com os outros que sofrem a mesma opressão é então substituída por modelos e imagens fornecidos pelo

opressor. Passa-se à desconfiança e à agressão dos amigos. O opressor é imitado a qualquer preço. A posição individualista de "cada um por si" exclui toda a possibilidade de ação comunitária, porque o objetivo agora não é mais a mudança de uma situação de opressão. O objetivo transforma-se na luta do indivíduo para superar os "outros inferiores". Isto é feito através da trapaça e da esperteza em relação aos outros membros da mesma comunidade, e pela submissão e imitação do modelo oferecido (o patrão, a classe dominante, os brancos, o macho, o "desenvolvido", etc). (9)

Esta movimentação característica da insatisfação para a impotência; da impotência para a rejeição do reconhecimento da existência de uma realidade insuportável; e desta rejeição para a imitação do comportamento do opressor é abertamente estimulada e sustentada por toda a sorte de instituições e mecanismos de controle social.

Desde a escola até os meios de comunicação, os valores, os padrões de comportamento e o estilo de vida daqueles que detêm o poder são oferecidos como único modelo aceitável. Somente a nível específico do individual, a adaptação e integração podem gerar mudanças.

Graças à onipresença do processo de manipulação ideológica, os oprimidos aprendem a aceitar e internalizar os valores do opressor imitando seu comportamento.

Este fato é a raiz de muitas das contradições que afloram nas entrevistas. Um exemplo de nossa própria experiência foi a mulher que se dizia completamente feliz em seu papel de dona-de-casa. Poucos minutos depois, durante a mesma entrevista com o pesquisador, ela se contradizia, sem perceber, ao descrever a vida da irmã que era totalmente oposta à sua. A respeito de sua irmã afirmava, "é a mulher mais feliz que eu conheço".

Um exemplo mais nítido foi encontrado em uma experiência que se deu entre negros e portorriquenhos no gueto Harlem de Nova Iorque (10).

(9) Este mecanismo foi objeto de muitos estudos hoje clássicos, entre os quais podem ser citados: MEMMI, "Retrato do Colonizado", FANON, "Os Condenados da Terra" e FREIRE, "Pedagogia dos Oprimidos".

(10) A propósito do grupo "Full Circle" que, sob coordenação de R. FOX iniciou esta experiência, ver: M. COLE, "Summer in the City", New York, 1968.

Dentro das atividades de um programa de ação cultural na comunidade, uma série de fotografias foram tomadas e mostradas a um grupo de cerca de 30 residentes do próprio gueto. A primeira fotografia mostra uma vista de Nova Iorque onde se vêem os velhos e decadentes edifícios que caracterizam o gueto. Logo atrás, e mais altos que estes, podem ser vistos edifícios melhores onde reside a classe média, e, ainda mais atrás, quase fundidos na distância, são vistos os arranha-céus, os imensos edifícios dos escritórios das grandes corporações onde, parece, ninguém reside. Tendo mostrado esta foto ao grupo, o animador pediu aos participantes que identificassem a área onde moravam. Como resposta, a maior parte escolheu os edifícios da classe média enquanto uns poucos apontaram os arranha-céus distantes. Ninguém indicou a favela.

Em seguida, o animador mostrou a segunda fotografia ao grupo. A segunda fotografia é de uma rua do gueto. A questão colocada foi então: "Onde se encontra esta rua?" Uma das respostas foi a de que a rua deveria ser de algum lugar na África. O animador argumentou então, que algumas palavras em espanhol e em inglês, poderiam ser vistas na foto e que os carros pareciam americanos.

O grupo respondeu à argumentação sugerindo, por exemplo, que a presença de carros americanos poderia ser explicada pela presença de americanos em férias na África e que as palavras estavam colocadas ali provavelmente para facilitar o trânsito dos americanos.

Como o animador continuou a colocar questões para o grupo, a ansiedade e a irritação cresceu visivelmente. E a coisa continuou até que, finalmente, um dos participantes reconheceu que a rua em questão era aquela em que moravam e exatamente onde se realizava a reunião. Então acrescentou que o lixo que era visto na rua era um reflexo de sua podridão interior.

Quando a realidade vivida se torna muito violenta e destrutiva, a tendência é recusar reconhecê-la, a todo custo. E quando se chega ao ponto de reconhecê-la isto é muitas vezes expresso através de uma atitude de auto-depreciação e agressão para com o restante do grupo, (o lixo que refletia sua própria podridão interior).

A perspectiva é individualista e moralista. A autodegradação substitui todas as tentativas de analisar as causas da pobreza. Se alguém reside num gueto (favela), é o pensamento

que prevalece, é porque é um fracassado, é por causa de sua incapacidade pessoal. Ao mesmo tempo, tal realidade é dolorosa, e para escapar dela as pessoas se prontificam a imitar o opressor, tentando identificar-se com aqueles que moram nos melhores prédios da fotografia ou com aqueles que passam suas férias na África.

Esta experiência do Harlem aponta, de maneira clara, a brecha existente entre a realidade do grupo e a percepção que o próprio grupo tem dessa realidade (11).

Mas isto não é o suficiente. O trabalho da pesquisa não pode parar com o reconhecimento do que existe. As informações recolhidas precisam ser organizadas e sistematizadas de forma que possam ser devolvidas ao grupo para que este possa trabalhar a realidade no sentido de sua superação.

E aqui, mais uma vez, colocamos distância entre nós e os esquemas da pesquisa tradicional. Tradicionalmente, são sempre os pesquisadores, ou as instituições que financiam as investigações, que determinam o que deve ser feito com os resultados. Ao mesmo tempo, o pesquisador se sente compelido a chegar a conclusões que marcam o término do trabalho ou que o colocam na base da ação que era exercida sobre o grupo, vinda de fora.

No processo da observação militante entretanto, a organização do material colhido não é vista com a composição de um retrato definitivo do grupo. A compreensão da situação existente não é vista como um produto final do trabalho que foi feito, porque o que *existe* contém já o que *pode ser*. A informação, então, será organizada de tal forma que forneça ao grupo um material de trabalho com o qual e através do qual, por *um processo de educação política*, a brecha entre a realidade e sua percepção possa ser preenchida.

(11) Esta distância entre a realidade vivida e a percepção que dela se *pode ter*, nos leva ao problema extremamente delicado da "falsa consciência", há muito tempo estudado por autores marxistas como LUKACS, GRAMSKI, GOLDMANN, SARTRE. Citamos como referência específica o estudo de GOLDMANN, "Consciência Real e Consciência Possível, Consciência Adequada e Falsa Consciência".

4.4 A devolução do material ao grupo

O trabalho realizado durante a etapa da interpretação do material recolhido nos traz ao ponto de partida de qualquer processo de educação política, isto é, o nível de percepção do povo. Também nos permite a construção da matéria-prima ou do conteúdo do processo que será realizado a partir da análise dos problemas fundamentais da vida do grupo. Levando em consideração o estágio atual do nível de percepção do grupo, é então uma questão de oferecer à sua análise crítica o material coletado nas etapas anteriores.

O grupo deve, então, ser confrontado com sua própria realidade e necessita ser estimulado a lidar com ela de forma lúcida e crítica. Isto significa aprender a ir além dos mecanismos de defesa e de rejeições que mencionamos anteriormente.

Uma possibilidade — entre outras — para realizar a organização do material e devolvê-lo ao grupo é a utilização de recursos visuais ou expressões gráficas de pontos significativos, empregando, por exemplo “slides”, fotografias, filmes, etc. O grupo pode ser solicitado a analisar estas apresentações.

Isto significa tomar um segmento de sua experiência diária e transformá-lo em um objeto que pode ser dado ao grupo para discussão crítica. Tal procedimento permite ao grupo encontrar uma “distância crítica” de sua experiência e escapar à sufocação da rotina diária de opressão de modo a poder encarar sua própria realidade numa perspectiva nova e diferente.

O segmento isolado da realidade se transforma em objeto de discussão permitindo ao grupo encarar sua realidade diária, examiná-la e refletir criticamente a respeito. O grupo se torna, então, em sujeito e objeto do processo. Ele se analisa, questiona sua própria realidade e descobre as explicações para a situação em que se encontra.

É claro que a tarefa do pesquisador não termina quando o material é organizado e entregue ao grupo para discussão. O pesquisador precisa estar presente às reuniões onde as pessoas discutem o material. A tarefa é então a de orientar o exame que o grupo faz dos dados e convidá-lo a ir sempre mais para a frente em sua análise.

O grupo sozinho, ainda marcado pelos valores dominantes na sociedade, pode limitar-se a reconhecer o que é. A tarefa do pesquisador transforma-se, neste ponto, em impulsionar o grupo progressivamente no sentido do questionamento de sua situação, da identificação dos problemas básicos, da escolha das ações possíveis realisticamente para que possam melhorar a situação em que se acha. Em resumo, a tarefa consiste em tentar colocar em movimento um *processo permanente de ação e reflexão* que dará ao grupo uma clara e gradativa compreensão de sua situação, desenvolvendo seu poder de organização e intervenção crítica em suas próprias vidas.

O pesquisador não trará para o grupo, de fora, a única compreensão lúcida e crítica. Pelo contrário, ao oferecer ao grupo de forma organizada e sistematizada uma visão crítica do material colhido entre eles o pesquisador pode estimular a própria percepção que esse grupo tem da realidade em que vive.

Não se trata aqui de ser capaz de trazer consciência *de fora*, mas de criar o próprio contexto de forma que a consciência do grupo, possa emergir do próprio meio. Sempre procurando ir além da constatação simples do que é, o movimento fundamental da observação militante consiste em captar as possibilidades naturais de mudança no interior de cada situação e ativar este potencial na direção do que *deve ser*.

O objetivo é permitir que as pessoas se tornem conscientes de como vivem hoje e as alternativas que se abrem para uma ação criativa. Este processo de ação e reflexão é, em sua essência, um movimento permanente. Cada ação nova fornece matéria para reflexão, e cada formulação teórica é uma proposta provisória a ser tentada e redefinida pela prática e pela experiência.

Entretanto, mesmo que seja impossível pré-definir um ponto final neste processo de reflexão e organização próprios do grupo, é preciso preparar o momento quando a presença do pesquisador — que veio de fora — não é mais necessária. Somos mesmo tentados a dizer que melhor prova do sucesso do pesquisador é vista no momento em que o próprio grupo se encarrega do processo que foi deslanchado pelo pesquisador. O controle do processo pelo grupo, que torna a presença contínua do pesquisador desnecessária, significa que houve êxito na aproximação por parte do grupo, do conhecimento e da ciência que o pesquisador trouxe. Esta apropriação do conhecimento é o ponto de um longo processo durante o qual o grupo

se familiarizou com as ferramentas e as técnicas utilizadas durante o projeto de pesquisa, e foram capazes de verificar sua utilidade. Esta aquisição pelo grupo de ferramentas metodológicas que antes foram monopólio dos pesquisadores evita a repetição da relação de dependência em face daqueles que “têm o conhecimento”, e permite ao grupo desenvolver, de forma autônoma, seus movimentos, ação e reflexão.

Antes de concluir, parece interessante levantar a questão da avaliação, ou dos critérios científicos para a metodologia que acabamos de apresentar. Como pode o êxito do observador ser julgado, ou qual é o grau de verdade no embasamento teórico do observador militante? Nossa única resposta a esta questão é dizer de maneira simples e franca, que o processo alcançou êxito quando ajudou o grupo a entender sua própria realidade e possibilitou sua autodeterminação e quando estimulou uma ação criativa e consciente no sentido da mudança social.

Lembrando, mais uma vez, as palavras de Stavenhagen, podemos dizer, concluindo, que o grau de verdade de uma teoria está em relação direta da *sua capacidade de fornecer respostas aos problemas concretos da vida diária*.

Desta forma, é na sua utilidade, como ferramenta a serviço dos grupos sociais organizados, que uma teoria da sociedade ou da mudança social é validada. E se esta teoria é experimentada através da praxis — pela ação organizada e autônoma dos grupos sociais — deixa, naquele momento, de ser uma “simples” teoria. Torna-se então, uma realidade social.

5. Então...

No campo das Ciências Humanas, é muito freqüente uma separação em certo número de disciplinas. Por isto é que fala-se de pedagogia, de sociologia, de psicologia, etc. Entendemos o que cada uma destas disciplinas tem que oferecer e não negamos seus papéis específicos. Temos a impressão de estar no cruzamento entre a sociologia (entendida como a observação militante) e a pedagogia (entendida como ação cultural).

Se a observação militante tem uma dimensão de educação política, seria equivocado conhecer um processo de educação política que incorporasse as contribuições científicas da sociologia. A pesquisa do IDAC está na intersecção destas duas disciplinas.

Observando criticamente o que é, tentamos ir além da lógica dos fatos para captar o que ainda não é, mas que já está presente no horizonte do possível. Reconhecer o possível dentro da realidade existente, torná-lo visível e trazê-lo à vida, esta é a proposição básica de qualquer sociologia/pedagogia militante.



W. ARBON / 75

IDÉIAS

“Hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia.”

(Marcuse)

“Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana.”

(Brecht)

“O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado.”

(Jesus)

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16082 — ZC-01

20.000 Rio de Janeiro, RJ